

# CRÍTICAS E DEBATES

---

## A Maria da Fonte e a Patuleia. Alguns problemas \*

*Aborda o presente artigo alguns dos problemas levantados pelo estudo da Maria da Fonte e da Patuleia enquanto tempos de guerra civil em que as principais forças socio-políticas se exprimem. problemas estes frequentemente discutidos pela bibliografia mais recente. <sup>1</sup> Foi assim em atenção a algumas questões escolhidas — a dicotomia espontaneidade/enquadramento político na Maria da Fonte e na Patuleia, a natureza destes movimentos e a continuidade ou não entre eles — que o presente artigo foi estruturado.*

### I. A dicotomia espontaneidade/ enquadramento político na Maria da Fonte e na Patuleia

A dicotomia **espontaneidade/enquadramento** político na Maria da Fonte e na Patuleia é um tema muito discutido pela historiografia recente sendo pertinente a sua análise. Neste sentido, tentarei realizar um teste da validade desta dicotomia ao longo destes movimentos, antes de mais numa perspectiva temática embora utilizando os marcos da história política tradicional. Assim, considerarei a primeira fase da Maria da Fonte como decorrente do seu **eclodir** à formação da primeira Junta e demissão de Costa Cabral; a segunda fase da Maria da Fonte como a verificada desde a formação da primeira Junta e queda de Costa Cabral até ao golpe **contra-revolucionário** de 6/10/1846; e a Patuleia como delimitada por este golpe **contra-revolucionário** e pela derrota popular assumida na Convenção do Gramido.

Esta **dualidade** entre pólos teóricos oponíveis — espontaneidade e enquadramento político — constitui um item útil para nortear a análise das várias fases da Maria da Fonte e da Patuleia se bem que seja evidentemente improvável ou mesmo **impossível** a existência no real de situações apenas características de um ou outro desses pólos.

A espontaneidade <sup>2</sup> é um tópico dificilmente abordável na medida em que os seus vestígios são assar vagos. Ela não será definida, como à partida poderia parecer ser possível, pela inexistência de coordenação da acção colectiva. Considerarei, sim, como seus elementos balizadores, por um lado, a concertação da acção apenas no quadro das comunidades locais <sup>3</sup> e, por outro, a autonomia ideológica face às correntes políticas organizadas então existentes e actuantes.

Já o enquadramento político é um tópico bastante mais passível de ser trabalhado pois consubstancia-se em organizações ou movimentações que deixam vestígios mais palpáveis, traços materiais mais nítidos. O enquadramento político parece ter-se efectuado essencialmente através das Juntas Governativas — a **formação** de Juntas foi tão **significativa** que terá iniciado, segundo a **historiografia**, uma **nova** fase da rebelião <sup>4</sup> — e ainda através de outras formas de **actuação** das forças **políticas** organizadas (**miguelistas**, **setembristas** e outros **anti-cabralistas**) — para além da sua atitude nas Juntas, estas correntes exprimiram-se na imprensa em geral e nos cargos políticos e militares ocupados, a nível central, desde a demissão do governo cabralista até à Emboscada, e a nível da administração local, mesmo nas áreas onde não se constituíram Juntas.

---

\* Este texto é uma adaptação de alguns capítulos do relatório da lição que constitui a componente pedagógica das Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica defendidas em Julho de 1987 no I.S.C.T.E.

Dadas as características apontadas dos itens «espontaneidade» e renquadramento político», o segundo será naturalmente bastante mais desenvolvido ao longo do texto do que o primeiro.

## I. 1. Espontaneidade

Na primeira fase da Maria da Fonte, a participação popular é grande, viva e sentida.

Tanto os campos como as cidades, embora com objectivos diferenciados e de forma diversa, se revoltaram e armaram. Nos campos do Norte, surgiram as guerrilhas. Vilas e cidades — como, por exemplo, Guimarães e Braga — foram invadidos por populares empunhando armas assim como instrumentos de trabalho, verificando-se também movimentações no interior dos centros urbanos. A própria pluralidade de explosões, as suas diferenciadas motivações e a diversidade de objectivos expressos manifestam o carácter em larga medida espontâneo dos primeiros tempos da Maria da Fonte.

No Norte rural, as mulheres e o clero tiveram uma acção relevante<sup>5</sup>.

Membros do clero, sobretudo dos escalões mais baixos da hierarquia, dirigiram guerrilhas e áreas sublevadas<sup>6</sup>. Os eclesiásticos eram frequentemente importantes notáveis locais, tendo um grande prestígio e autoridade e um papel mediador essencial. Destacaram-se eclesiásticos miguelistas e setembristas assim como cabralistas. Ficaram conhecidos nomes como, por exemplo, os do cônego Montalverne, do padre José das Taipas, do abade de Priscos, do padre António Teixeira das Quintas e sobretudo o do Padre Casimiro<sup>7</sup>.

Perdurou também, na memória culta e popular o papel das mulheres na rebelião<sup>8</sup>. A própria designação da revolta — Maria da Fonte — evoca a importância das mulheres, designação tanto mais curiosa quanto se trata, segundo a historiografia, de uma designação mítica.

As mulheres tiveram frequentemente um papel essencial nos motins populares do Antigo Regime que foi em parte o caso da Maria da Fonte. Para além disso, a mulher tinha uma posição relevante na vida e no trabalho no Noroeste Atlântico. Sendo uma região de emigração, o peso das mulheres activas era, em consequência, importante. Era também uma área em que a pequena exploração agrícola exigia a participação no trabalho rural do maior número de membros da família camponesa. A parti-

cipação feminina nas práticas religiosas, mais intensa nesta época do que a masculina, talvez contribua ainda para explicar o maior peso das mulheres na obstaculização ao cumprimento das Leis da Saúde.

Na segunda fase da Maria da Fonte, verifica-se uma maior clareza política com a formação generalizada de Juntas e com o sucesso de uma das reivindicações (políticas) da Maria da Fonte: a demissão dos Cabrais.

Porém, no Verão de 1846, realidades como a persistência de guerrilhas no Norte e a resistência ao desarmamento e à dissolução de várias Juntas parecem manifestar a continuidade de formas de acção e comportamentos que se situam do lado da «espontaneidade»

As guerrilhas sobreviventes do Norte foram frequentemente dirigidas por eclesiásticos, nomeadamente miguelistas, salientando-se entre elas, a do Padre Casimiro. Este padre de Vieira do Minho chegou a comandar cerca de 3000 homens na região. Primeiramente aclamado «Intendente Geral da Comarca da Póvoa», intitulou-se posteriormente «Defensor das Cinco Chagas e Comandante Geral das Forças Populares do Minho e Trás-os-Montes»<sup>9</sup>, mantendo a sua guerrilha em acção desde o detonar da Maria da Fonte até ao fim da Patuleia. Foi precisamente no Verão de 1846 que o Padre Casimiro manifestou, numa carta por si escrita e depois aprovada pelos populares, algumas reivindicações dos partidários da rebelião: entre outras coisas, reclamava contra o governo e os tributos — nomeadamente a propósito das estradas —, lembrava o governo de D. João VI e de D. Miguel, pedia um sufrágio eleitoral alargado apenas limitado pelo analfabetismo e uma reorganização da Guarda Nacional, onde seria facilitada a entrada e onde os oficiais seriam escolhidos por votação no seu interior<sup>10</sup>. Ora estas reivindicações dificilmente podem ter resultado apenas de um enquadramento político miguelista, mesmo admitindo que as formas deste, menos conhecidas, possam ter sido mais subterrâneas e mais próximas de uma dinâmica local de concertação da acção colectiva.

Refira-se, agora, a resistência ao desmembramento das Juntas. Por um lado, houve uma resistência a dissolução de certas Juntas encabeçada por elas próprias enquanto não estiveram seguras de alguns dos seus objectivos terem sido atingidos ou estarem em vias de sê-lo — como, por exemplo, nos casos das Juntas de Coimbra, Santarém e Évora<sup>11</sup>. Todavia, por outro lado, poderá ter havido

uma resistência que escapou ao enquadramento de que será exemplo a marcha dos pulares sobre Lisboa detida por Passos Manuel <sup>12</sup>.

São, pois, numerosos os indícios da continuação de uma participação popular espontânea forte na segunda fase da Maria da Fonte.

Na Patuleia, apesar do carácter mais efectivo do enquadramento político, a espontaneidade continua a existir.

Dela serão manifestações, por exemplo, o comportamento das massas populares mais exaltadas no Porto aquando da prisão do Duque da Terceira, as movimentações rurais na área de Sintra pouco depois da Emboscada, e certas actuações de guerrilhas e de batalhões de voluntários <sup>13</sup>. Contudo, estes «excessos» poderão não ser sintomáticos de espontaneidade: não estariam os setembristas interessados na agitação popular no Porto? Para além disso, muitas guerrilhas foram lideradas por individualidades políticas assim como os batalhões de voluntários foram apoiados e utilizados pelas forças anti-cabralistas organizadas. Todavia, nestas situações parecem ter continuado a existir comportamentos populares em larga medida autónomos.

## 1. 2. *Enquadramento Político*

Apesar do enquadramento político rápido e eficaz de que a Maria da Fonte e a Patuleia foram objecto, na muito cuna primeira fase da Maria da Fonte não há Juntas e o papel das forças anti-cabralistas organizadas é reduzido.

Por um lado, é certo que miguelistas, setembristas e outros anti-cabralistas fizeram ouvir esporadicamente a sua voz assim como apoiaram ou chegaram mesmo a dirigir certas acções. Contudo, não o faziam de uma forma organizada, com objectivos concretos e planeados, e a própria orientação política nem sempre era a mesma nas várias movimentações. Por outro lado, da revolta ainda não tinham nascido órgãos de poder alternativo com orpostas políticas alternativas.

Não há então, pois, um enquadramento político definido, permanente e global <sup>14</sup>.

Na segunda fase da Maria da Fonte e na Patuleia, são as Juntas e as forças anti-cabralistas que realizam o enquadramento político dos partidários da rebelião. Passemos a analisá-las.

## *Geografia/Cronologia*

Na Maria da Fonte, constituíram-se Juntas em Viana do Castelo, Braga, Penela (Barcelos), Guimarães, Vila Real, Aveiro, Lamego, Viseu, Guarda, Coimbra. Leiria, Porto de Mós. Nazaré. Batalha, Alcobaça, Caldas da Rainha, Lourinhã, Torres Vedras, Santarém, Portalegre, Évora. Setúbal. Santiago do Cacém, Beja, Loulé, Alcantarilha. Faro <sup>15</sup>. As Juntas distribuíam-se, pois, por todo o país, havendo porém mais Juntas no litoral do que no interior — coincidindo com a área de maior concentração de centros urbanos (e mais importantes); contudo, nas principais vilas e cidades do interior, formaram-se geralmente Juntas.

A primeira Junta, a de Vila Real, surgiu a 10/5/1846; ora, tendo a Maria da Fonte tido início entre 19 de Março e meados de Abril (consoante as várias versões). decorreu entre um a, no máximo, dois meses entre os primeiros motins e a formação de órgãos de poder alternativo <sup>16</sup>. Enquanto a primeira Junta surgiu a 10/5/1846, a última constituída, a de Penela, aliás um caso tardio, formou-se a 14/6/1846". Foi, pois, relativamente rápida quer a constituição das Juntas quer a sua difusão.

Na Patuleia, foi no Porto que surgiu a primeira Junta, que veio aliás a liderar as forças anti-governamentais. Logo em seguida, constituíram-se Juntas em Viana do Castelo, Braga, Barcelos, Guimarães, Vila Real, Penafiel, Porto, Aveiro, Oliveira de Azeméis, Coimbra, Viseu, Guarda, Castelo Branco, Santarém, Leiria, Cascais, Sintra, Palmela, Setúbal, Évora, Portalegre, Beja, Faro, Funchal, S. Miguel, Terceira<sup>17</sup>. As Juntas estendiam-se, portanto, por todo o país e mesmo pelas ilhas adjacentes.

A maioria das Juntas formou-se durante o mês de Outubro: tendo-se a Junta do Porto constituído a 10/10/1846, as outras surgiram nos dias ou semanas seguintes, sendo os casos da Junta de Braga (formada nos finais de Novembro) e a do Funchal (constituída nos finais de Abril seguinte) casos excepcionais <sup>19</sup>. Verificou-se, pois, uma explosão rapidíssima das Juntas: 3 a 4 dias após a Emboscada de Saldanha, começaram a formar-se Juntas que se generalizaram muito rapidamente.

Façamos agora uma comparação da geografia e da cronologia da constituição das Juntas na Maria da Fonte e na Patuleia.

O número de Juntas na Maria da Fonte é ligeiramente superior ao das Juntas na Patuleia (27 e 26, respectivamente).

Verifica-se uma grande coincidência entre a **mancha** geográfica das Juntas na Maria da Fonte e na Patuleia. Concretamente, há 15 localidades em que se **formaram** Juntas em ambos os movimentos: Viana do Castelo, Braga, Guimarães, Vila Real, Aveiro, Viseu, Guarda, Coimbra, Leiria, Santarém, Portalegre, Setúbal, Évora, Beja, Faro. Estas localidades correspondem em geral aos mais importantes centros urbanos, excepção feita ao Porto e a Castelo Branco onde apenas houve Juntas na Patuleia. Para além destes dois casos, as divergências localizam-se: nas ilhas — só na Patuleia é que surgiram Juntas na Madeira e nos Açores —; e na região Litoral Centro — onde existiram mais Juntas na Maria da Fonte do que na Patuleia talvez porque no primeiro destes movimentos sejam conhecidas mais Juntas em localidades mais importantes (como, por exemplo, Batalha, Nazaré, Porto de Mós, Alcobça, Caldas da Rainha, Lourinhã, Torres Vedras); na Patuleia, porém, também apareceram Juntas em concelhos de relevância moderada perto de Lisboa (são os casos de Sintra, Cascais ou Palmela).

Em ambos os movimentos, algumas Juntas parecem querer ter alcance provincial como, por exemplo, as de Vila Real, Viseu, Santarém e Faro que se assumiram respectivamente como Juntas de Trás-os-Montes, Beira Alta, Eshemadura e Algarve<sup>20</sup>.

É em suma, indubitável a dimensão nacional das Juntas quer na Maria da Fonte quer na Patuleia, e não parece haver razões para opor um e outro destes inovimentos quanto à sua geografia.

As Juntas, na Maria da Fonte, demoraram entre um a dois meses a começar a constituir-se; na Patuleia, formaram-se logo no início do movimento revolucionário. Embora se possa afirmar que, em termos globais, o enquadramento foi rápido, existiu, porém, uma diferença, no seu «timing».

### *Composição*<sup>21</sup>

Quer na Maria da Fonte, quer na Patuleia, a dimensão das Juntas cuja composição é inteiramente conhecida é semelhante: o número dos seus elementos oscila entre 3 e 13. Note-se todavia que, nos documentos das Juntas da Maria da Fonte, nem

sempre os nomes apontados como integrando-as são exactamente os mesmos nem são nomeados pela mesma ordem<sup>22</sup>.

No interior das Juntas, num e noutra dos movimentos, são **também** os mesmos cargos — de presidente e de vice-presidente — que aparecem diferenciados, sendo ainda referido o de secretário<sup>23</sup>.

É sabida, com maior ou menor extensão, a composição da indiscutível maioria das Juntas: de 21 das 27 existentes na Maria da Fonte e de 25 das 26 surgidas na Patuleia. Havendo 15 localidades com Juntas em ambos os movimentos, interessa comparar a sua composição. É possível realizá-la em 14 casos — já que é conhecida a grande maioria ou a totalidade dos membros das Juntas na Maria da Fonte e na Patuleia em 11; é sabida a composição das Juntas num dos movimentos e é conhecido pelo menos um dos seus elementos no outro movimento em 3 outros. Dos 11 primeiros casos, há coincidência total na composição das Juntas em 9 — são os casos de Vila Real, Aveiro, Viseu, Guarda, Coimbra, Santarém, Portalegre Évora, Beja; só em Braga e Faro é que apenas se mantêm da Maria da Fonte para a Patuleia respectivamente 1 e 2 dos membros das Juntas. Nos 3 casos em que há lacunas, embora não totais, no conhecimento da composição das Juntas, há coincidências dos nomes sabidos — Viana do Castelo, Guimarães e Setúbal. Verifica-se, pois, uma notável continuidade entre os componentes das Juntas na Maria da Fonte e na Patuleia.

Do ponto de vista político, destacaram-se nas Juntas líderes setembristas conhecidos assim como outros liberais anti-cabralistas ou ainda miguelistas<sup>24</sup>. Setembristas — como, por exemplo, em Guimarães, Coimbra e Santarém em ambos os movimentos e no Porto na Patuleia. Outros liberais anti-cabralistas — como, por exemplo, em Leiria na Maria da Fonte e em Vila Real nesta revolta e também na Patuleia. Miguelistas -- nomeadamente na Guarda num e noutra dos movimentos, em Penafiel e em Braga na Patuleia. O alinhamento político das Juntas mantém-se da Maria da Fonte para a Patuleia: os casos mais notáveis são os das Juntas setembristas de Coimbra e Santarém (lideradas respectivamente pelo Marquês de Loulé e Passos Manuel) e das Juntas miguelistas da Guarda (chefiadas pelo general Póvoas). Note-se que o Porto, cuja Junta encabeçada pelo Conde das Antas e por José Passos liderou em termos nacionais a Patuleia, é omitido pois aí nunca se formou uma Junta na Maria da Fonte.

## Geografia das Juntas Governativas na Maria da Fonte e na Patuleia



## *Reclamações, objectivos. processo de dissolução, funções*

Abordaremos primeiramente as Juntas na segunda fase da Maria da Fonte.

A Junta de Vila Real, a primeira Junta surgida, constituiu-se na sequência de um vazio de poder motivado pela derrota das hostes cabralistas e pelo abandono da cidade pelas suas autoridades; imediatamente afirmou serem os seus objectivos apoiar as reivindicações da rebelião e evitar a desordem<sup>25</sup>.

Algumas Juntas evitaram exigir, pelo menos logo, a demissão de Costa Cabral — foi este, por exemplo, o caso da Junta de Braga que apenas reclamou «modificações no sistema tributário e no [sistema] administrativo do seu governo» e mesmo esta reivindicação só foi efectuada na sequência de pressões nesse sentido<sup>26</sup>. Claramente postos em causa foram, em geral, o novo sistema tributário e as Leis da Saúde. Até a Junta de Santarém, no seu primeiro texto de 21/5/1846, foi moderada: não reivindicou explicitamente nada, clamou contra o engano a que os ministros sujeitavam a Rainha e finalizou com vivas à Carta e ao decreto de 10 de Fevereiro de 1842, o que é a mais importante afirmação política deste texto<sup>27</sup>.

Juntas, porém, como as de Coimbra e Évora — e, um pouco mais tarde, a de Santarém — formularam outras reivindicações: a dissolução das Câmaras e a demissão do ministério de Costa Cabral, a substituição do projectado ministério pós-Cabralista integrado pelo Duque da Terceira, vigilância e sanções contra os colaboradores com os Cabrais, reconhecimento oficial do papel das Juntas, reorganização da Guarda Nacional, eleições o mais rapidamente possível, Cortes Constituintes e a reforma da Cana nos termos do decreto de 10 de Fevereiro de 1842<sup>28 29</sup>. Tratam-se, pois, de reivindicações com diferentes graus de moderação e que, para além da crítica da legislação mais conflituosa e do afastamento dos Cabrais e dos cabralistas dos seus empregos públicos, se centram em torno da reorganização da Guarda Nacional e da revisão da Carta nos termos do decreto de 10 de Fevereiro de 1842.

Tendo as Juntas sido enquadradas pelas forças políticas organizadas, as suas reivindicações foram em grande medida as dos grupos que as hegemonizavam.

Os governos posteriores à demissão de Costa Cabral, governos estes integrados por anti-cabralistas conhecidos e mesmo por setembristas, pretende-

ram a dissolução das Juntas. Disso nos dão testemunho as negociações neste sentido com as Juntas de Santarém, Évora e Coimbra.

Concretizando no caso da Junta de Santarém<sup>30</sup>: apesar de ser sido oficiado a esta Junta que se devia dissolver, esta não o fez e, diversamente, fez chegar ao novo governo as suas reivindicações, sobretudo em tomo da composição governamental, da reorganização da Guarda Nacional, do reconhecimento do papel da Junta e da reposição do Decreto de 10 de Fevereiro de 1842; por fim, o governo e a Junta acordaram que esta devia manter-se «reunida pelo tempo necessário para auxiliar o governador civil e mais autoridades do distrito na pacificação dele e no desarmamento de quaisquer forças irregulares que não formem parte da Guarda Nacional»<sup>31</sup>, demorando ainda a Junta alguns dias a dissolver-se de facto.

A mesma demora a dissolver-se terá sido característica da Junta de Évora<sup>32</sup>.

No caso da Junta de Coimbra, também o seu desmembramento foi conseguido pelo governo, embora este seja, até certo ponto, um caso particular na medida em que a recepção do ofício governamental de 13/6/1846, no qual também era afirmado que podia continuar unida para ajudar o Governador Civil na pacificação do distrito, é posterior a sua decisão de se dissolver — tomada a 9/6/1846<sup>33</sup>.

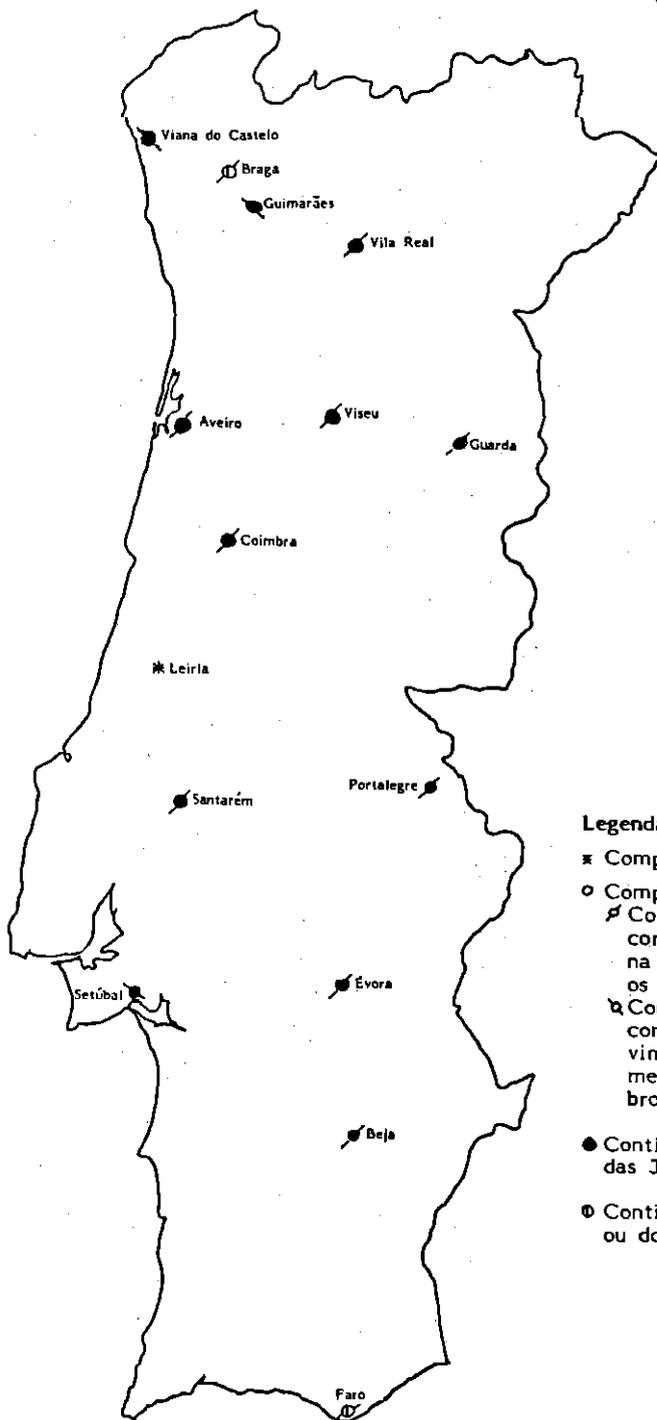
Durante o mês de Junho de 1846, a dissolução da maioria das Juntas foi conseguida. O poder e a ordem tinham mudado de mãos. As reivindicações formuladas tinham sido conseguidas ou pareciam estar em vias de sê-lo. A missão das Juntas estava terminada. Mais uma vez, os setembristas se destacaram, agora na dissolução das Juntas.

As Juntas assumiram-se como pequenos governos locais» e chegaram mesmo a esboçar, uma organização alternativa a do governo central. E particularmente conhecido o caso da Junta de Coimbra com as suas quatro repartições — Reino, Justiça, Guerra e Fazenda — que nomeou autoridades civis e militares e organizou a Guarda Nacional<sup>34</sup>. O papel das Juntas foi nitidamente de organização, de manutenção da ordem, de pacificação das movimentações populares.

Passemos, agora, às Juntas na Patuleia.

Fundamentalmente, estas Juntas reclamaram a destituição dos ministérios saldanhistas e a sua substituição por um outro que inspirasse confiança ao pbvo; constituíam os seus objectivos o apoio à

Composição das Juntas Governativas na Maria da Fonte e na Patuleia  
(comparação)



Legenda

- ✖ Comparação impossível
- Comparação possível
  - ◻ Composição das Juntas conhecida praticamente na totalidade em ambos os movimentos
  - ◻ Composição das Juntas conhecida num dos movimentos e sabido pelo menos um dos seus membros em outro movimento
- Continuidade dos membros das Juntas
- Continuidade de apenas um ou dois membros das Juntas

oposição popular ao golpe do Marechal Saldanha e o evitar da «anarchia eminente»<sup>35</sup>.

Como é sabido, a Patuleia foi liderada pela Junta do Porto. Cronologicamente, foi esta a primeira Junta formada e, desde o primeiro momento, pareceu querer encabeçar a resistência popular; **organizativamente**, as outras Juntas parecem ter-lhe sido subordinadas<sup>36</sup>; em termos da opinião pública, o lugar da Junta do Porto foi indiscutível — assim, por exemplo, a adesão do general Póvoas à Junta do Porto foi vista como a aliança dos miguelistas com os setembristas e outros patuleias<sup>37</sup>.

A medida que o exército **saldanhista** conquistava novas posições e a intervenção estrangeira se consumava, as Juntas foram-se dissolvendo e extinguindo.

Durante o seu tempo de vigência, as Juntas desempenharam um claro papel de organização e de gestão da vida local e regional.

Tentemos agora um balanço sobre os objectivos e as funções das Juntas na Maria da Fonte e na Patuleia.

Em ambos os movimentos, as Juntas propuseram-se prosseguir objectivos semelhantes — de manutenção da ordem e de apoio aos levantamentos.

O seu papel de organização e enquadramento foi também semelhante ainda que, na Maria da Fonte, as Juntas tenham sido ainda responsáveis em boa parte pela pacificação das **movimentações** populares<sup>38</sup>.

Tanto na Maria da Fonte como na Patuleia, as Juntas formularam reivindicações em grande medida concretas, precisas, exequíveis e apresentadas como tal. Todavia as reclamações foram de natureza bem diversa, explicável dada a diversidade de contextos em que as Juntas actuaram: a única reivindicação semelhante foi a da demissão de um ministério impopular — o que é compreensível dados os momentos de formação das Juntas —; reivindicações no sentido da suspensão da legislação cabralista mais conflituosa não teriam sentido na Patuleia e, para além disso, propostas políticas em torno de textos constitucionais, de reformas políticas ou da composição do governo terão provavelmente tido uma oportunidade bastante menor no contexto da Patuleia, em que as forças oposicionistas estiveram sempre na defensiva e na qual não houve um vario político ao nível do poder central.

Uma diferença é ainda necessário estabelecer: enquanto, na Patuleia, houve uma Junta, a do Porto, que encabeçou o movimento, não existiu, na Maria

da Fonte, apesar do lugar frequentemente atribuído à Junta de Santarém, nenhuma Junta que claramente desempenhasse esse papel<sup>39</sup>.

Abordemos agora uma das outras vias do enquadramento político, em parte sobreposta à das Juntas: a da acção das correntes políticas organizadas.

### **I.2.2. Correntes políticas anti-cabralistas organizadas**

#### *Miguelistas*<sup>40</sup>

Na segunda fase da Maria da Fonte, para além da sua participação nas Juntas, os miguelistas exprimiram-se essencialmente nas aclamações de D. Miguel — em Gondarém, Vila Chã, Vieira do Minho. Montalegre —, na vinda do general escocês **MacDonnall** assim como na persistência de guerrilhas no Norte, salientando-se a do Padre Casimiro.

Dum modo geral, os miguelistas propuseram então a luta anti-cabralista, manifestando-se alguns sectores em aclamações da Santa Religião, da Nação, de D. João VI e de D. Miguel” enquanto outros sectores aderiram às reivindicações das Juntas<sup>42</sup>.

Verificaram-se, no interior do miguelismo, **reivindicações** assim como **actuacões diversificadas** — miguelistas houve que colaboraram com outros oposicionistas (como, por exemplo, o general Póvoas na liderança da Junta da Guarda) e miguelistas houve também que se confrontaram com os **setembristas** e ouhos anti-cabralistas (é o caso da oposição entre o Padre Casimiro e Almargem e Antas).

Na Patuleia, para além das Juntas, a actividade dos miguelistas fez-se sobretudo sentir na **reactivação** das guerrilhas nortenhas, continuando a salientar-se a do Padre Casimiro e notabilizando-se também a de **MacDonnall**, nas guerrilhas levantadas pelo general Póvoas e pelo brigadeiro Bernardino nas Beiras e na prática destes em geral.

Os miguelistas propuseram a resistência à **Emboscada de Saldanha** e, depois, à intervenção **estrangeira**<sup>43</sup>, aclamando alguns sectores a Santa Religião, a Nação. D. Miguel e D. João VI, enquanto outros sectores apoiaram a Junta do Porto.

As guerrilhas do Padre Casimiro e de **MacDonnall** constituem dois exemplos da diversidade de modalidades de organização e de **mobilização dos** corpos armados miguelistas: enquanto a **primeira**

exprime uma acentuada autonomia ideológica face ao miguelismo oficial e obedece a uma dinâmica de organização predominantemente local, a segunda foi chefiada por alguém — MacDonnall — cuja vinda para Portugal para promover um movimento restauracionista fora cuidadosamente preparada por algumas das figuras miguelistas de maior relevo em Portugal e no estrangeiro<sup>44</sup>.

O miguelismo continuou, portanto, a não ser um bloco — como o manifestaram as reivindicações e as actuações diferenciadas: por um lado, miguelistas e setembristas confrontaram-se (na Régua, em Caldas de Aregos e pela voz do Dr. Cândido); por outro, miguelistas, setembristas e outros patuleias colaboraram, sobretudo na sequência de algumas derrotas (e disso foi testemunho particularmente significativo a adesão de Póvoas e Bernardino à Junta do Porto como o foi, já após a Convenção do Gramido, a proposta de ida às umas conjuntamente com os setembristas).

### *Setembristas*

Na segunda fase da Maria da Fonte, para além de se afirmarem nas Juntas, os setembristas actuaram politicamente aos vários níveis do poder e exprimiram-se na imprensa em geral.

Constituíram então reivindicações setembristas<sup>45 46</sup> a luta anti-cabralista, a vigilância sobre as figuras afectas ao cabralismo, o regresso dos exilados, a libertação dos presos políticos, a reorganização da Guarda Nacional, Cortes Constituintes, a revisão da Carta nos termos do decreto de 10 de Fevereiro de 1842, eleições directas, uma Câmara dos Pares eleita, e mesmo uma Constituição popular. Naturalmente, nas Juntas mais ou menos claramente enquadradas pelos setembristas apareceram também estas reivindicações, como aliás já foi apontado.

Nessa altura, os setembristas mantiveram uma relação tensa com os sectores miguelistas hostis aos novos governos, tendo participado na sua repressão<sup>47</sup>; com os outros anti-cabralistas colaboraram até certo ponto embora também tenham exercido pressão no sentido de radicalizar o processo (nomeadamente, quanto à composição do governo, à crítica de dadas vindas concretas e quanto a consagração de reivindicações, entre as quais se salienta a revisão da Carta)<sup>48</sup>.

Na Patuleia, para além de participarem nas Juntas, os setembristas levantaram guerrilhas, inte-

graram batalhões de voluntários, ocuparam postos importantes no exército e actuaram ainda através da imprensa.

Nessa altura, os setembristas<sup>49 50</sup> propuseram a resistência à Emboscada, o apoio à Junta do Porto e comportaram-se de forma variável face à Rainha e ao Paço assim como face à intervenção estrangeira. O setembrismo não era, pois, um bloco — como o manifestaram as atitudes perante a Rainha, o Paço, a intervenção estrangeira e como o mostrariam, ainda nesse ano, as posições diversificadas perante a ida às urnas<sup>51 52</sup>.

Em geral, os setembristas tiveram uma atitude colaborante com os outros anti-saldanhistas na medida em que todos estavam na defensiva; com os miguelistas em particular, o seu comportamento nem sempre foi o mesmo, dependendo da tendência destes e da conjuntura política<sup>51</sup>.

### *Cartistas não-cabralistas*<sup>54</sup>

A corrente cartista não-cabralista, integrada por relevantes personalidades que já haviam participado na oposição ao cabralismo antes de 1846/1847, exprimiu-se também durante estes anos.

Na segunda fase da Maria da Fonte, estes sectores anti-cabralistas manifestaram-se como tal e participaram nos governos posteriores ao cabralista, não se individualizando como miguelistas ou setembristas; na Patuleia, opuseram-se ao golpe contra-revolucionário de Saldanha e apoiaram a Junta do Porto, continuando a não se demarcar como miguelistas ou setembristas; invocaram ainda frequentemente a Carta cuja reforma admitiam — o que não constitui uma característica distintiva já que facções das outras correntes também a aclamaram.

As críticas a miguelistas e setembristas não foram muito acesas — embora se tenham verificado, sobretudo no Verão de 1846.

As suas posições não tornam, pois, fácil a identificação dos cartistas não-cabralistas.

Em suma, as correntes políticas que vimos apontando tiveram formas de expressão variadas, individualizando-se até certo ponto os miguelistas. As reivindicações daquelas foram recuadas face ao setembrismo e ao miguelismo anteriores. Em consequência, verifica-se alguma dificuldade em diferenciar as correntes políticas, tendo em atenção o carácter moderado das suas reivindicações, por um lado, e, por outro, a diversidade de actuação de cada uma das correntes e as reclamações tácticas

que a conjuntura política **poderá** ter imposto<sup>55</sup>. Assim, tornava-se francamente importante para a opinião pública o conhecimento da autoria das reclamações — exemplo particularmente claro da minha afirmação parece ser a repercussão, **quando** das eleições previstas para 11 de Outubro de 1846, do Programa da Associação Eleitoral do Sacramento, visto como muito radical, mas que objectivamente se diferencia do da Associação Eleitoral do Marquês de Valada apenas pela defesa da consignação da «soberania nacional... como única origem de toda a autoridade pública» e pela referência explícita à possibilidade de revisão do Tratado de 1842; temas porém como, por exemplo, a revisão da Carta por Cortes Constituintes, a reforma da Câmara dos Pares, eleições directas, a ratificação dos tratados pelas Cortes aparecem em ambos estes programas<sup>56</sup>.

Miguelismo, setembrismo e cartismo **não-cabralista** não eram, pois, blocos homogêneos: verificam-se tensões e diversificações no seu interior assim como contradições a esbaterem-se entre umas e outras destas correntes.

### 13. *Balanço*

Que poderei eu, pois concluir sobre os aspectos da dicotomia espontaneidade/enquadramento político e a sua combinação ao longo da Maria da Fonte e da Patuleia?

A primeira fase da Maria da Fonte teve um carácter em larga medida espontâneo — tratou-se de uma **pluralidade** de motins e movimentações nem sempre desencadeadas por **razões** semelhantes. Não se constituíram então órgãos de poder alternativo com propostas políticas próprias e as correntes políticas existentes ainda não hegemonizavam numa forma generalizada o movimento, hesitando por vezes até em tomar posição.

A segunda fase da Maria da Fonte foi caracterizada pelo prosseguimento de guerrilhas e por movimentações populares de certa importância por um lado, e, por outro, pela existência de Juntas **Governativas** com reivindicações políticas precisas e pelo derrube do governo cabralista, substituído por outros integrados por setembristas. **Apesar** da permanência de movimentações mais ou menos espontâneas, verificou-se frequentemente uma direcção política assumida sobretudo por setembristas, **miguelistas** e cartistas não-cabralistas.

Na Patuleia, a participação popular espontânea continuou a fazer-se sentir. Porém o peso político da oposição organizada foi forte — embora paradoxalmente as reivindicações propriamente políticas tenham sido mais limitadas. As forças político-militares em presença estavam mais bem definidas. Constituíram-se desde os primeiros dias Juntas por todo o país, lideradas pela do Porto. Estas Juntas tiveram simultaneamente por objectivos combater o golpe de Estado contra-revolucionário de Saldanha e evitar a desordem. No combate, no qual participaram guerrilhas, batalhões de voluntários e o exército regular, encontramos, dum lado, os setembristas, **miguelistas** e sectores cartistas e, do outro lado, outros sectores cartistas, o governo, Saldanha, os Cabrais e a Rainha.

O **enquadramento** político na Patuleia e na segunda fase da Maria da Fonte foi, pois, muito mais efectivo do que na primeira fase.

## II. A Natureza da Maria da Fonte e da Patuleia

A natureza da Maria da Fonte e da Patuleia tem sido uma das questões mais debatidas pela historiografia actual, sendo apresentados três de interpretação sobre o seu carácter — que seria sobretudo **anti-feudal**, anti-capitalista ou anti-estatal. Em minha opinião, são matizados e diversificados mas não **oponíveis** os entendimentos de Victor de Sá, Miriam Halpern Pereira, Villaverde Cabral, Joyce Riegelhaupt e Rui Feijó sobre o carácter dos conflitos em estudo. Vou procurar concretizar, tentando caracterizar a perspectiva de cada autor, através das suas próprias palavras em excertos que me parecem significativos da sua visão da Maria da Fonte e da Patuleia.

Victor de Sá **afirma** por um lado: «Pretendiam os revoltosos, com efeito, destruir por suas próprias mãos o que o novo regime não liquidara por meio de leis: queriam a abolição completa e definitiva de todos os direitos feudais»<sup>57</sup>. Por outro lado, noutro passo do mesmo texto, escreve: «[inicialmente, tratou-se de uma] explosão de cólera dos camponeses para com os colectores de impostos e autoridades administrativas e **judiciárias**»<sup>58</sup>; porém «a verdadeira causa (...) estava no descontentamento que se acumulara contra o sistema capitalista do regime constitucional que, desde a sua instauração, provocara a ruína do pequeno campesinato. A baixa de

salários (...), o aumento de impostos e as consequências da usura, assim como a centralização administrativa (...), constituíram os motivos verdadeiramente determinantes dos primeiros levantamentos. A estas razões veio juntar-se a evolução dos preços dos produtos alimentares (...): a uma baixa acentuada (...) sucede uma brusca subida em 1846 (...)»<sup>59</sup>.

Parece, pois, que Victor de Sá opta pelo carácter simultaneamente anti-feudal e anti-capitalista da revolta.

Miriam Halpern Pereira considera a Maria da Fonte, numa das suas obras, «uma revolta camponesa (...) dirigida contra os impostos novos e velhos, sem objectivos claramente diferenciados face às estruturas políticas existentes (...). Mas juntar-se-lhe-ia uma movimentação dos operários contra a mecanização e o inerente desemprego»<sup>60</sup>. Assim vê a mesma autora a rebelião noutro dos seus textos: «Movimentos de revolta. diametralmente opostos — posto que uns queriam a abolição do Antigo Regime e outros ou o seu restabelecimento ou a sua substituição por um comunismo primitivo — vieram ambos a reunir-se»<sup>61</sup>. «A origem da Patuleia deve-se sem dúvida aos múltiplos motins populares de camponeses, a quem a legislação prejudicava, e com os quais se solidarizaram artesãos, operários e estudantes. Todavia, a transformação destas revoltas populares, de orientação política indefinida e fluida, num movimento político à escala nacional, dirigido contra os Cabrais e Saldanha, foi efectuada pelos setembristas e miguelistas, isto é, por membros da classe burguesa e senhorial. A insurreição dos pata-ao-léu permanece nessa medida num movimento de descontentamento popular desprovido de ideologia política autónoma, como é característico das rebeliões populares do Antigo Regime»<sup>62</sup>.

Nas suas obras. Miriam Halpern Pereira afirma decididamente o carácter conhaditório da rebelião, tendendo a sublinhar os seus aspectos anti-feudais e anti-capitalistas.

Vejam, agora, a perspectiva de Villaverde Cabral. Trata-se de um movimento contra a penetração capitalista nos campos realizada nomeadamente através do imposto e da omnipresença do Estado Central, e que vem abalar os velhos equilíbrios tradicionais que iam permitindo melhor ou pior sobreviver; mas também contra o restabelecimento progressivo dos antigos direitos dos donatários dos forais, agravado conjuntamente pela alta de preços»<sup>64</sup>. Num outro passo, escreve ainda: «A revolta contra o poder central, tomando nomeada-

mente o passo sobre a revolta contra os detentores do poder e riqueza locais, não fez mais do que exprimir, veicular, a revolta contra a penetração das relações capitalistas no campo — penetração essa de que o aparelho de Estado era (...) um instrumento não só privilegiado como até, naquela época, indispensável,»<sup>65</sup>.

Manuel Villaverde Cabral, sem deixar de anotar os vários sentidos sobrepostos na Maria da Fonte e na Patuleia, salienta sobretudo o seu carácter anti-capitalista e anti-estatal.

Uma outra estudiosa, loyce Riegelbaupt, apresenta uma tese — até certo ponto autónoma — que tende para a valorização do carácter anti-estatal da Maria da Fonte. sublinhando as suas motivações político-administrativas, culturais e de mentalidades. Parece ser esta a tese da autora: «... na perspectiva do camponês as rupturas mais graves situavam[-se] menos ao nível da organização económica da sociedade e mais no domínio político e administrativo, bem como no campo do ritual e da família»<sup>66</sup>. «...em Março de 1846, no Minho, (...) [colocavam-se] questões relacionadas com a autonomia da família, com a comunidade enquanto corpo autónomo, com o papel das mulheres, bem como o das relações entre Igreja e o Estado. O que se estava a impor era não uma medida sanitária, mas, em vez disso, pelo menos tal como a entendiam as mulheres da aldeia, uma medida arbitrária do Estado no domínio do significado da vida e da definição de comunidade»<sup>67</sup>. «...o Estado Liberal, como instituição, era o inimigo da comunidade rural no Minho (...). Todos os que consideravam o Estado como o inimigo quer fossem a Igreja ou o senhor da terra, não podiam deixar de se aliar entre si. Os actores políticos de elite, tanto "setembristas" como "miguelistas conservadores/traditionalistas tentaram cooptar os camponeses para a sua própria luta. Mas esta cooptação só valia para a batalha política imediata. Uma vez a guerra civil terminada, (...) deram-se as mãos para criarem um estado centralizado aparentemente harmonioso que cuidadosamente excluía a participação política dos camponeses. (...) O camponês do Minho do século passado reconheceu correctamente o seu inimigo: o novo Estado Liberal em desenvolvimento»<sup>68</sup>.

Numa óptica afim da de Riegelhaupt, situa-se Rui Feijó, inscrevendo a rebelião da Maria da Fonte nas resistências ao processo de construção do Estado Liberal<sup>69 70</sup>. afirmou este autor: «as mobilizações simultâneas [rural e urbana] não se confundem, nem podiam confundir: são dois mundos dife-

rentes que até certo ponto se atacam inutuamente. E esta diferença que detectamos no estudo da Maria da Fonte, e que parece poder radicar em realidades mais profundas, acaba por se tornar um testemunho desse problema mais vasto que é o da construção da Administração e de todo o aparelho de Estado em Portugal, quais os seus ritmos e as suas assimetrias, qual o seu motor. E quais as resistências que desencadeava<sup>71</sup>.

Vejamos, finalmente, a minha perspectiva sobre a natureza da Maria da Fonte e da Patuleia, continuando a **referenciar-me** à mencionada grelha de análise com os seus três tópicos essenciais (anti-feudal, anti-capitalista e anti-estatal).

Manifestação da naturera anti-feudal da primeira fase da Maria da Fonte será o ataque do levantamento camponês as repartições, nas quais se encontravam registados os foros e as presraões enfi-téticas.

Como expressão do seu carácter anti-capitalista poderá ser interpretado esse mesmo ataque as repartições públicas já que os registos poderão ter sido necessários para a divisão dos baldios e pastos comuns e nelas se encontravam **também** os impressos do novo imposto em lançamento — a décima de repartição. Contestando também o imposto para a construção de estradas. Como oposição às novas estruturas económicas em implantação, poderá ainda ser tomada a rebelião operária contra a mecanização e o desemprego na Covilhã.

Indícios da sua natureza anit-estatal serão a contestação dos agentes estatais e do clero que o Estado tentou **instrumentalizar** assim como a oposição à diminuição do papel da comunidade local em favor do Estado, nomeadamnte a propósito das novas Leis da Saúde e do seu cumprimento.

Encontramos, pois, no desencadear da Maria da Fonte, expressões de contestação de carácter anti-feudal, anti-capitalista e anti-estatal.

Como é sabido, a segunda fase da Maria da Fonte foi enquadrada politicamente por **setembristas**, miguelistas e outros **anti-cabralistas**; no seu decurso, foi rapidamente conseguida a demissão de Costa Cabral e a suspensão da legislação **sanitária** e da reforma tributária.

Nesta fase, encontramos antes de mais reivindicações políticas em tomo destes últimos temas. Logo em seguida, deparamos com as propostas de demissão de autoridades, da libertação dos presos políticos, do regresso dos exilados, da reorganização da Guarda Nacional. da composição da Câmara

Alta, do carácter directo ou não das eleições, da reforma da Carta. E defrontamos também com as expressões miguelistas de aclamação da monarquia absoluta e as reivindicações passadistas e igualitárias do Padre Casimiro. No fundo, tratam-se de reivindicações que são a continuação das da Maria da Fonte (as primeiras) ou então, excepção feita as miguelistas, se situam sobretudo no quadro do sistema constitucional.

Assim, tem um sentido francamente reduzido falar do carácter anti-feudal, anti-capitalista ou anti-estatal desta última fase da Maria da Fonte.

Situação semelhante se verificou na Patuleia.

Apesar da participação popular espontânea, a Patuleia é sobretudo enquadrada peas **forças políticas** organizadas.

É certo que **então** se verificaram movimentações miguelistas nas quais se terá confessadp algumas nostalgia do passadp. Porém, mais uma vez as propostas políticas cntraram-se sobretudo em tomo da critica do **golpe** de Saldanha e dos **governos** dele saídos, do apoio a Junta do Porto e da contestação da intervenção estrangeira — ora esta reivindicações, de natureza defensiva, integram-se no sistema constitucional.

Continua, portanto, a ser em grande medida inadequado falar do carácter anti-feudal, **anti-capitalista** ou anti-estatal da Patuleia tomada isoladamente.

Parece, pois, bastante mais contraditória a natureza do levantamento popular na muito curta primeira fase da Maria da Fonte do que na sua segunda fase ou na Patuleia — e, quanto a mim, uma das limitações da **historiografia** consistirá precisamente em estender a todo o periodo revolucionário um debate que se **adequa** sobretudo a **primeira** fase da Maria da Fonte.

Na realidade, a revolta é rapidamente enquadrada e **propostas políticas**, geralmente de sentidos não diametralmente opostos, são apresentadas pelas diversas forças políticas. É certo que existem as reivindicações do Padre Casimiro e de sectores miguelistas mais **tradicionais** nos seus pronunciamentos. Porém, os principais actores **político-sociais** definem-se face a entidades concretas (governos, Corte, Rainha, Junta do Porto), face a pessoas (sendo propostas demissões e promofões), face a pessoas (sendo propostas demissões e promoções), face à intervenção estrangeira e face a questões políticas com sentido no interior do liberalismo (textos constitucionais e seu conteúdo, Guarda Nacional).

Na maioria dos momentos da Maria da Fonte e da Patuleia, o sistema liberal e capitalista não está, pois, em causa. É sobretudo no seu desencaixar e nos seus primeiros tempos que a rebelião parece ser percorrida e é constituída por movimentações bem diversas senão mesmo antagónicas, movimentações estas de carácter anti-feudal, anti-capitalista ou anti-estatal.

### III. Conclusão: Continuidade ou não entre a Maria da Fonte e a Patuleia?

O tema da continuidade ou descontinuidade entre a Maria da Fonte e a Patuleia tem sentido e eventualmente resposta em função da caracterização da dualidade espontaneidade/enquadramento político no decurso destes movimentos e da natureza destes conflitos.

Pareceu-me ser possível concluir nas partes respeitantes a estes tópicos:

— Que, em atenção àquela dicotomia, não existem diferenças substanciais entre a Maria da Fonte, por um lado, e a Patuleia, por outro. Espontaneidade e enquadramento político verificaram-se em ambos os movimentos. E indiscutível é que uma espontaneidade maior se verificou na muito curta primeira fase da Maria da Fonte, quando a revolta ainda mal era noticiada; de qualquer modo, mesmo nesta primeira fase da rebelião, manifestaram-se por vezes setembristas e miguelistas. Assim como se verificaram, na segunda fase da Maria da Fonte e na Patuleia, algumas atitudes populares que escaparam ao enquadramento.

— Que, tendo as movimentações em última instância uma natureza diversificada (anti-feudal, anti-capitalista, anti-estatal), não existem diferenças irredutíveis na sua caracterização entre a Maria da Fonte, por um lado, e a Patuleia, por outro.

Expressões de contestação de sentidos variados manifestaram-se em vários momentos: contudo, são muito mais contraditórias as reclamações na muito curta primeira fase da Maria da Fonte.

Não me pareceu, pois, possível falar de descontinuidade entre a Maria da Fonte, por um lado, e a Patuleia, por outro. Comportamento com alguns traços semelhantes em termos de espontaneidade e enquadramento político, em termos de objectos contestados e objectivos pretendidos, persistiram ao longo de ambos os movimentos — embora varie o seu peso, a sua dominância. A descontinuidade nas

características e nos objectivos das movimentações ter-se-á verificado, sim, no decorrer da Maria da Fonte nesta, a viragem — duma fase rapidíssima para outra muito mais longa que se prolonga pela Patuleia — é que constitui a descontinuidade fundamental<sup>72</sup>.

I Reporto-me fundamentalmente às seguintes obras:

CABRAL, Manuel Villaverde — O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal, 3.ª edição, Lisboa, 1981

FEIJÓ, Rui — «Mobilização Rural e Urbana na Maria da Fonte» in *O Liberalismo na Península Ibérica no Primeiro Metade do Século XIX*, volume 2, Lisboa, 1982.

PEREIRA, Miriam Halpern — *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico. Portugal na Segunda Metade do Século XIX*, 2.ª edição, Lisboa, 1982; e *Revolução, Finanças e Dependência Externa*, Lisboa, 1979.

RIEGELHAUPT, Joyce — «Camponeses e Estado Liberal: a Revolta da Maria da Fonte» in *Estudos Contemporâneos*, n.º 2B, Porto, 1981.

SÁ, Victor de — *A Crise do Liberalismo e os Primeiros Manifestações das Ideias Socialistas em Portugal (1820-1852)*, Lisboa, 1969.

Após o meu estudo ter sido efectuado — pelo que só lateralmente será referido —, foi ainda publicado um texto de José Manuel Sobral que, centrado sobre a Maria da Fonte e em especial sobre a obra do Padre Casimiro, aborda alguns dos tópicos tratados neste artigo. Ver prefácio de José Manuel Sobral a Casimiro, Padre — *Apontamentos para o História da Revolução do Minho em 1846 ou Maria da Fonte — Fim da Guerra em 1847*, edição recente, Lisboa, s/data.

Para além destas obras, é ainda essencial o conhecimento de outros textos recentes: todavia, por eles não trataram fundamentalmente dos problemas em discussão neste artigo, só aqui serão apontados:

CABRAL, João Pina e FEIJÓ, Rui — «Um Conflito de Atitudes perante a Morte, A Questão dos Cemitérios no Portugal Contemporâneo» in *A Morte No Portugal Contemporâneo. Aproximações Sociológicas, Literárias e Históricas* (obra colectiva), Lisboa, 1985.

FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo — «Formas de Mobilização Popular no Liberalismo — O 'Cisma dos Mônacos' e a Questão dos Enterros nas Igrejas» in *O Liberalismo na Península Ibérica na Primeira Metade do Século XIX*, vol. 2, Lisboa, 1982.

JUSTINO, David — «Conjuntura Económica e Maria da Fonte, Algumas Notas» in *Bracara Augusta*, vol. XXXV, n.º 79/80, Braga, 1981.

MACEDO, Jorge Borges de — «O Aparecimento em Portugal da Conceito de Programa Político» in *Revista Portuguesa de História*, tomo XIII, Coimbra, 1971.

<sup>2</sup> Ver sobre este tema autores que, ao debruçarem-se entre outras coisas sobre os movimentos sociais na transição do Antigo Regime para o Capitalismo, o tratam; BERCÉ, Yves Marie — *Révoltes et Révolutions dans l'Europe Moderne (XVI<sup>e</sup> XVIII<sup>e</sup> Siècles)*, Paris, 1980, caps. I/IV e TILLY, Charles — *Lo France Conteste de 1600 à nos Jours*, Paris, 1986, cap. XI.

<sup>3</sup> A liderança do clero e, portanto, o seu papel de enquadramento fizeram-se sentir, sendo porém uma liderança de sectores muito próximos ou mesmo integrantes das comunidades locais rebeladas, acaba por ter características que a fazem aproximar ou mesmo incluir em realidades estudadas na alínea «espontaneidade»

<sup>4</sup> Perspectiva esta defendida, na historiografia recente, nomeadamente por PEREIRA, Miriam Halpern — *Livre Câmbio...* p. 296.

Refiram-se agora as visões de autores de há várias décadas.

Assim comentou Barbosa Colen a formação da Junta de

Vila Real c o seu significado: «A revolta deslocara-se da seu primitivo centro. Do Minho passara a outros pontos — e especialmente a Trás-os-Montes. Foi aqui, em Vila Real, que o movimento entrou numa mais disciplinada acção. Em vez de tratar unicamente cada um, como melhor lhe parecesse, d arranjar a gente de que pudesse dispor, correndo estradas e montes aos tiros, os que dirigiram o levantamento das províncias transmontanas entenderam ser necessário criarem juntas de governo que, com método e, por assim dizer, com responsabilidade intelectual, dirigissem as operações e garantissem e disciplinassem as consequências dos movimentos (COLEN, J. Barbosa — *História de Portugal*, vol. 11, Lisboa, 1906, p. 106).

E sobre a mesma questão afirmou Joaquim de Carvalho: «Encontrara-se a fórmula dirigente da revolução; à insurreição sem comando e sem finalidade determinada, à competição dos guerrilheiros mais ou menos independentes, irá suceder a organização do movimento e respectiva direcção por pequenos governos locais» (CARVALHO, Joaquim de — «Da Restauração da Cana Constitucional à Regeneração» in *História de Portugal* (dirigida por D a mião Peres, vol. 7, Barcelos, 1935, p. 299)

<sup>5</sup> Ver em particular FEIJÓ, Rui — «Mobilização Rural e Urbana...» e RIEGELHAUFT, Joyce — *art. cit.*, autores que se debruçaram especialmente sobre estas questões.

<sup>6</sup> É indiscutível que um testemunho particularmente curioso sobre o papel do clero é a obra do Padre Casimiro. Ver VIEIRA, Casimiro José — *Apontamentos para a História da Revolução do Minho ou Maria da Fonte*, Braga, 1883. Ver também o estudo de José Manuel Sobral referido na nota 1.

<sup>7</sup> Barbosa Colen refere ainda o egresso de José Alves Vicente e os Padres Gomes — do Prado —, Manuel da Agra e Joaquim da Costa (COLEN, José Barbosa — *ob. cit.*, p. 131)

<sup>8</sup> Em particular; lembre-se aqui o conhecido texto de Oliveira Martins sobre a mulher do Minho. Ver MARTINS, João Pedro de Oliveira — *Portugal Contemporâneo*, vol. 2, Porto, pp. 187-188.

<sup>9</sup> Ver VIEIRA, Casimiro José — *ob. cit.*, p. 22 e pp. 64-65.

<sup>10</sup> Ver VIEIRA, Casimiro José — *ob. cit.*, pp. 165-171). Nesta cana, o Padre Casimiro exprime ainda uma sua nostalgia e um seu desejo, bem característicos do tom geral da missiva: «Dê-

-se de comer a muitos como dantes, e pertença pouco a cada um deles, para iodos viverem».

<sup>11</sup> Ver MACEDO, António Teixeira de — *Traços de História Contemporânea (1896/7)*, Lisboa, m. 1984, pp. 70-71 e pp. 203-219. Ver também *Correspondência das Juntas Populares de Maio e Junho de 1846*, Relatórios do Ministério do Reino (51211848), Arquivo Histórico do Ministério do Equipamento Social, pp. 20, 25-28, 31-33.

<sup>12</sup> Ou haverá aqui algum enquadramento desconhecido? Não parece provável ou, pelo menos, dele não ficaram quaisquer indícios até hoje encontradas ou tratados pela bibliografia.

"Note-se que erros exemplos foram citados ao sabor da bibliografia e não por serem particularmente significativos.

"Ver um exemplo de proclamação da fase inicial da Maria da Fonte: Proclamação *Portuguesa*, si local, si data [1846/1847] in *Colecção de Papéis Impressos Clandestinos em Lisboa durante o Movimento Político de Y de Outubro de 1846*, s/ data [1846-47], 7.º documento. Biblioteca Nacional de Lisboa, Reservasões.

<sup>15</sup> Juntas recenseadas a partir de: *Correspondência dos Juntas Populares...*; CARVALHO, Joaquim de — *ob. cit.*, pp. 330; e VIEIRA, Casimiro José — *ob. cit.*, p. 64.

<sup>16</sup> E demorou cerca de 20 dias entre o reconhecimento oficial do movimento contestatário generalizado e o início da formação de Juntas. São testemunho daquele os discursos de Costa Cabral às Câmaras e a aprovação de medidas de excepção. Ver, por exemplo, *Diário do Governo*, Lisboa, 21/4/1846, pp. 2-3. O ataque a Braga já havia também sido noticiado oficialmente uns dias antes — ver *Diário do Governo*, Lisboa, 17/4/1846, p. i.

<sup>17</sup> Ver novamente as fontes citadas na nota 15, muito em particular *Correspondência das Juntas Populares...* pp. 9 e 33.

<sup>18</sup> Juntas recenseadas a partir de: *Livro Azul ou Correspondência Relativa aos Negócios de Portugal, Aditamento*, Lisboa, 1847, nomeadamente pp. 12, 24, 29, 52, 53, 86, 96, 123, 124, 133, 186, 202, 203, 314 e *Aditamento*, pp. 8, 14, 56, 57 e 58; e MACEDO, António Teixeira de — *ob. cit.*, pp. 114-120.

<sup>19</sup> Ver novamente as fontes citadas na nota 18, muito em particular o *Livro Azul...* pp. R6, 314 e *Aditamento*, p. 58.

<sup>20</sup> Ver as fontes referidas nas notas 15 e 18, sobretudo a *Correspondência das Juntas Populares... o Livro Azul... e o Aditamento*.

<sup>21</sup> Ver sobre a composição das Juntas na Maria da Fonte: para além das obras citadas na nota 15, entre as quais se salienta pela sua importância a *Correspondência das Juntas Populares...* a obra de ROBY, João Pinto — *Exposição Analítica do Pronunciamento do Dia 17 de Maio, em Braga e dos Actos da Junta Provisória dos Dias 17 e 18 do Dito Mês*, 3.ª edição, Lisboa, 1983, pp. 53-54 e ainda MACEDO, António Teixeira de — *ob. cit.*, pp. 70-74.

Ver sobre a composição das Juntas na Patuleia as obras apontadas na nota 18. Nos caros dar Juntas de Évora e sobretudo Beja, há grandes discrepâncias entre a *Aditamento* e a obra de Teixeira de MACEDO.

"O que é, por exemplo, visível nos textos da Junta de Coimbra de 20, 23 e 26/5/1846 e 9/6/1846 ou nos da Junta de Viseu de 17, 26 e 29/5/1846 e 3/6/1846 in *Correspondência das Juntas Populares...* pp. 2, 4, 6, 8, 11, 21, 26.

<sup>23</sup> Visível, por exemplo, na maioria das representações das Juntas publicadas in *Correspondência das Juntas Populares*.

<sup>24</sup> Individualidades políticas que se notabilizaram tanto na Maria da Fonte como na Patuleia são apontadas nos parágrafos seguintes do corpo do texto. Entre os líderes que não serão aí citados, destacaram-se Mouzinho de Albuquerque da Junta de Leiria na Maria da Fonte, D. Fernando de Sousa Botelho das Juntas de Vila Real na Maria da Fonte e na Patuleia, Visconde de Azenha da Junta de Guimarães em ambos os movimentos e ainda D. Mi-

guel Vaz Guedes, o Comendador Pimentel, o Barão de Vila Pouca, António Teixeira e Francisco Gerónimo da Junta de Braga na Patuleia.

<sup>25</sup> Sobre **iodo** esie processo, ver as memórias de um personagem nele interveniente: SARMENTO. Ignacio de Pizarro Moraes — *Memorandum de Chaves*, Porto, 1846.

<sup>26</sup> Ver a respectiva proclamação in ROBY. João Pinto — *ob. cit.*, pp. 56-58, autor este que revela também as condições da sua elaboração.

<sup>27</sup> In MACEDO, Anrónio Teixeira de — *ob. cit.*, pp. 70-72.

<sup>28</sup> Ver os vários textos destas Juntas e as suas reclamações in *Correspondência dor Juntas Populares...* e MACEDO, Anrónio Teixeira de — *ob. cit.*, pp. 70-77 e 203-219.

<sup>29</sup> Ver a evolução das reivindicações da Junta de Coimbra: Representações da Junta Governativa de Coimbra de 20 e 23/5/1846 in *Correspondência das Juntas Populares...* pp. 2-4

<sup>30</sup> Todo este processo está bem documentado em MACEW. António Teixeira de — *ob. cit.*, pp. 70-77 e 203-219.

<sup>31</sup> Decreto de 51611846 in *Correspondência das Juntas Populares...* p. 20 A 201611846, a dissolução estava consumada — ver *ob. cit.*, pp. 32-33.

<sup>32</sup> Ver *ob. cit.*, pp. 25-28 e 31-32.

Junta de Coimbra de 9/6/1846 assim como o ofício governamental de 131611846 in *Correspondência das Juntas Populares...* pp. 26-27.

<sup>33</sup> Ver CARVALHO. Joaquim de — *ob. cit.*, p. 301.

<sup>34</sup> Ver a proclamação da Junta do Pono de 1311011846 in *O Nacional*, Porto, 1511011846, p. i

<sup>35</sup> O que é bem claro na consulta de *A Patuleia. Catálogo dos Documentos Manuscritos que Pertenceram a José do Silva Passos r que Foram Offercidos à Real Bibliotheca Pública Municipal por D. Anna Luiza Rodrigues de Freitas*, Pono, 1909.

<sup>37</sup> Ver a Proclamação de 17/1/1847 do General Póvoas in *Livro Azul...* pp. 155-156.

<sup>38</sup> Facto este que manifesta mais uma vez a persistência de comportamentos populares autónomos.

<sup>39</sup> A acção da Junia de Santarém tomou-se particularmente conhecida, em particular devido às obras citadas de Teixeira de MACEDO e Oliveira MARTINS. Porém, o seu papel não é comparável ao & Junta do Pono quanto aos itens mencionados a propósito desta última

<sup>40</sup> Ver *Correspondência dor Juntas Populares...* pp. 8-9, 17-18 e 33-37; *Colecção de Papéis Impressos Clandestinamente em Lisboa...*, CARVALHO. Joaquim de — *ob. cit.*, p. 309; COLEN, José Barbosa — *ob. cit.*, pp. 137-138 e VIEIRA, Casimiro José — *ob. cit.*, pp. 75 e 113, Ver ainda o órgão de imprensa miguelista mais duradouro, *A Nação*, Lisboa, 1519 a 3111211847.

<sup>41</sup> Ver um exemplo deste tipo de proclamações miguelistas: *Proclamação Portugueses, s/ local [Vila Chã], s/ data [Junho/1846] in Correspondência dos Juntas Populares...* p. 36

<sup>42</sup> Ver também um exemplo de oiuto tipo de textos miguelistas: *Correspondência das Juntas Populares...* pp. 8-9.

<sup>43</sup> Ver a proclamação *Os Realistas a o Intervenção, s/local, s/data [provavelmente Junho11847] in Colecção de Papéis Impressos Clandestinamente em Lisboa...* 31.<sup>o</sup> documento.

<sup>44</sup> Embora a actividade das guerrilhas miguelistas durante a Maria da Fonte e a Patuleia esteja no seu conjunto por estudar, é Possível constatar, mesmo com base apenas na bibliografia impressa sobre o tema, a diversidade destes corpos armados que agiam em nome dos direitos de D. Miguel. A actividade política dos miguelistas na Maria da Fonte e na Patuleia constitui, assim, um exemplo muito claro da dificuldade em estabelecer uma linha de demarcação nítida entre espontaneidade e enquadramento político.

Ver, por um lado, VIEIRA, Casimiro José — *ob. cit.*; e, por outro, *Preparativos de uma Revolta. (Documentos Inéditos de 1840 a 1846)*, publicados por Carlos Rangel de Sampaio, Lisboa 1905 e *A Revolta Miguelista Contra o Cabralismo. Cartas de António Ribeiro Saraiva e Cândido Figueiredo e Lima 1844/1851*, fixação do texto, prefácio e notas de João Carlos Alvim, Lisboa, s/ data.

<sup>45</sup> Ver *Correspondência das Juntas Populares...* *Colecção de Papéis Impressos Clandestinamente em Lisboa* : CARVALHO. Joaquim de — *ob. cit.*, pp. 304-310. Ver ainda órgãos de imprensa setembrista como, por exemplo, *A Esirela do Norte*, Pono, de R de Junho a Outubro de 1846 ou *O Nacional*, Pono, de 25 de Maio a Outubro de 1846. *A Revolução de Setembro*, Lisboa, de Maio a 8 de Outubro de 1846 ou *A Revolução do Minho*, de 28 de Maio a 6 de Outubro de 1846.

<sup>46</sup> Ver um exemplo de proclamação setembrista na Maria da Fonte: *Proclamação Portugueses, s/local [Lisboa], s/data [finais de Maio de 1846] in Colecção de Papéis Impressos Clandestinamente em Lisboa...* 16.<sup>o</sup> documenta.

<sup>47</sup> Salientando-se, no Verão de 1846, o Conde dai Antas e Almagem. Tema já tratado no corpo do texto a propósito dos miguelistas.

<sup>48</sup> Situação tratada por CARVALHO. Joaquim de — *ob. cit.*, pp. 305-311 assim como referida no imprensa setembrista — ver, por exemplo, *O Nacional*, Pono, de 25 de Maio a Outubro de 1846, *O Patriota*, Lisboa, de 22 de Maio a 8 de Outubro de 1846. *A Revolução de Setembro*, Lisboa, de Maio a 8 de Outubro de 1846. *A Revolução do Minho*, Lisboa, de 28 de Maio a 6 de Outubro de 1846,

<sup>49</sup> Ver, por exemplo, *O Espectro*, Lisboa de 16 de Dezembro de 1846 a 3 de Julho de 1847. *O Nacional*, Pono, de Outubro de 1846 a 31 de Dezembro de 1847, *O Procurador dos Povos*, Lisboa, de 18 de Setembro a 30 de Outubro de 1847. *O Progressista*, Porto, de 1 de Outubro de 1846 a 23 de Junho de 1847. *O Rabecão*, Lisboa, de 28 de Outubro a finais de Dezembro de 1847, e *A Revolução de Setembro*, Lisboa, de 2 de Agosto a 31 de Dezembro de 1847.

<sup>50</sup> Ver uma proclamação setembrista radical durante a Patuleia: *Proclamação Habitantes de Lisboa, Lisboa, 1847 [Janeiro] in Colecção de Papéis Impressos Clandestinamente em Lisboa...* 29.<sup>o</sup> documento. Segundo *O Espectro*, Lisboa, 201111847, esta proclamação @ -teria sido difundida por esses dias.

<sup>51</sup> Uma certa atitude crítica face à Rainha e ao Paço aparece em vários textos e periódicos — como, por exemplo, na *folha O Estado da Questão*, Lisboa, 23/10/1847, que antecede *O Espectro*, ou em *O Eco Popular*, Porto, 3/4/1847. Todavia, quando a Rainha é completamente pasta em causa — como, por exemplo, em *O Popular*, Lisboa, 22 e 231211847 a t é um jornal setembrista radical como *O Espectro* não o admite — ver este último título. Lisboa, 26/2/1847. A posição face à Rainha e ao Paço constitui no entanto um dos espaços onde a voz dos setembristas radicais mais se fez ouvir.

<sup>52</sup> Uma crítica aberta da ida às urnas e mesmo do sistema eleitoral vigente aparece respectivamente em *O Procurador dor Povos*, *O Rabecão* citados na nota 49 e em *A Guitarra*, Lisboa, [1847].

<sup>53</sup> O que é visível na maioria dos periódicos nomeados na nota 49. A relação com os miguelistas já foi tratada no corpo do texto a propósito destes últimos.

<sup>54</sup> Particularmente interessante é a análise de *O Povo*, Coimbra, 2716 a 3011111846,

<sup>55</sup> A dificuldade em diferenciar as correntes políticas tem, como já foi visto, particular acuidade no caso do *cartismo* não-cabralista.

<sup>56</sup> Ver os manifestos destas associações eleitorais em *Livro Azul...* pp. 6-7 e MACEDO, António Teixeira de — *ob. cit.*, pp. 1-231

<sup>57</sup> SÁ, Victor de — *ob. cit.*, p. 288.

<sup>58</sup> SÁ, Victor de — *ob. cit.*, pp. 271-272.

<sup>59</sup> SÁ, Victor de — *ob. cit.*, pp. 278-279

<sup>60</sup> PEREIRA, Miriam Halpern — *Revolução...* p. 384.

<sup>61</sup> PEREIRA, Minam Halpern — *Livre Câmbio...* p. 294.

<sup>62</sup> PEREIRA, Miriam Halpern — *ob. cit.*, p. 300.

<sup>63</sup> CABRAL, Manuel Villaverde — *ob. cit.*, p. 134.

<sup>64</sup> CABRAL, Manuel Villaverde — *ob. cit.*, p. 141

<sup>65</sup> CABRAL, Manuel Villaverde — *ob. cit.*, p. 142.

<sup>66</sup> RIEGELHAUPT, Joyce — *ob. cit.*, p. 132.

<sup>67</sup> RIEGELHAUPT, Joyce — *ob. cit.*, p. 134.

<sup>68</sup> RIEGELHAUPT, Joyce — *ob. cit.*, p. 138

<sup>69</sup> FEIJÓ, Rui — «Mobilização Rural e Urbana...» já citado.

<sup>70</sup> Próxima — até certo ponto — parece ser ainda a posição José Manuel Sobral: «Aceitando a caracterização [da Macia da

Fonte] como movimento camponês, parece lícito sublinhar, como Riegelhaupt, a importância explicativa do choque Estado/Comunidade (e família) camponesa. Por outro lado, esta interpretação não será incompatível com uma revalorização do papel da conjuntura económica e dos efeitos do desenvolvimento do capitalismo» (in ponto 4 do prefácio de José Manuel Sobral a CASIMIRO. Padre -- *Apointamentos...*, edição recente, Lisboa, s/data).

<sup>71</sup> FEIJÓ, Rui — *ob. cit.*, p. 191.

<sup>72</sup> Segundo Rui Feijó, o «ponto de viragem [deu-se] durante a Maria da Fonte» (*ob. cit.*, p. 190), tese esta que me parece pertinente. Porém, no meu texto, ao concluir que a primeira fase da Maria da Fonte se caracterizou por ser muito curta, rapidíssima, divirjo do mencionado autor. Ver FEIJÓ, Rui — *ob. cit.*

**Luísa Tiago de Oliveira**

*CEHCP-ISCTE*